



EXPEDIENTE DE JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2024

Proc. Adm. nº 4148/2023

Objeto: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COBERTURA HOSPITALAR ESTÉRIL PARA LESÕES TISSULARES - SRP

RECORRENTE: HOMACC COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

RECORRIDA: MEDICAL HEALTH COMERCIO, SERVICOS E IMPORTACAO LTDA

I – DA TEMPESTIVIDADE E DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE

A interposição de Recurso Administrativo pela Recorrente HOMACC COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA está em conformidade com os requisitos de Admissibilidade, Legitimidade da Parte, Tempestividade, Interesse Recursal e Forma, disposto no item 10 do Edital de Pregão Eletrônico nº 055/2024.

Verifica-se também a tempestividade da peça ora apresentada, motivo pelo qual, entende-se que o Recurso impetrado deve ser conhecido.

Ademais, resta comprovado que prazo igual tiveram as demais empresas interessadas para apresentar suas Contrarrrazões, em respeito aos Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa, perpetrado pelo Art.º 5º, inciso LV da Constituição Federal de 1988, todavia, apenas a MEDICAL HEALTH COMERCIO, SERVICOS E IMPORTACAO LTDA apresentou manifestação.

II – DAS RAZÕES RECURSAIS DA RECORRENTE.

Em um resumo sintetizado, a Licitante HOMACC COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, interpôs recurso alegando o seguinte:

*“...O produto fornecido pela empresa MEDICAL HEALTH **NÃO POSSUI TERAPIA MISTA** conforme pode ser observado nos documentos apresentados anexo a proposta encaminhada e também no catálogo em anexo...”*

III – DAS ALEGAÇÕES DA RECORRIDA.

Em suas contrarrrazões, a Recorrida MEDICAL HEALTH COMERCIO, SERVICOS E IMPORTACAO LTDA, informa atender na íntegra às exigências do Edital, conforme ponderado no referido documento.

IV – DO JULGAMENTO E DECISÃO

Em consideração ao direito de petição, constitucionalmente resguardado, passa-se a análise dos fatos ventilados na intenção de recurso manifestado na sessão de julgamento datada de 19/11/2024.

Cumpré destacar, por oportuno, que o PREGOEIRO realizou o julgamento do procedimento licitatório de acordo com os parâmetros delineados no edital e conforme as exigências de documentos e disposições previstas no ato convocatório, bem como observou os Princípios Constitucionais (Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência) e os Princípios Específicos (Competitividade, Isonomia, Vinculação ao Instrumento Convocatório, Procedimento Formal e Julgamento Objetivo).

Instado a se pronunciar a respeito do pleito, o setor técnico da Secretaria requisitante se manifestou, através de parecer técnico anexo aos autos, pela desclassificação da proposta ofertada pela empresa MEDICAL HEALTH COMERCIO, SERVICOS E IMPORTACAO LTDA, sob a justificativa de que o produto oferecido não atenderia, na íntegra, às especificações presentes no instrumento convocatório conforme alegações, pormenorizadas, no referido documento.

Dito isto, após reavaliação da proposta apresentada pela empresa vencedora, constatou-se que a recorrida atendeu às exigências do instrumento convocatório, no que tange à documentação de habilitação em geral. No entanto, em relação à sua proposta final apresentada, resta evidente que a mesma não preenche os todos os requisitos para sua aceitação, pelas inconsistências informadas no parecer técnico.

Face ao exposto, o PREGOEIRO retifica os termos constantes da ata de julgamento referente ao processo administrativo 4148/2023 (EDITAL PE 055/2024), alterando a decisão que foi proferida em 19/11/2024 com a respectiva



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

desclassificação da proposta da empresa recorrida: MEDICAL HEALTH COMERCIO, SERVICOS E IMPORTACAO LTDA, pelos motivos mencionados neste documento, dando sequência com a convocação dos remanescentes em ordem de classificação.

À consideração da Autoridade Administrativa Superior para apreciação e decisão, tendo em vista ser sua a competência recursal, observados o Princípio do Duplo Grau de Jurisdição e o de Segregação de Funções, conforme preceitua o art. 165, § 2º da Lei Federal nº 14.133/21.

Sumidouro, 16 de dezembro de 2024.

Thiago Bandeira de Gouvêa Marques
Pregoeiro

RATIFICO nos termos artigo 165, parágrafo 2º, da Lei nº 14.133/21 a decisão a mim submetida, mantendo-a irreformável pelos seus próprios fundamentos.

Maria Luiza Ferreira Barbosa
Secretária Municipal de Saúde